

Brasil, Rancière e a separação entre o público e o privado

Brazil, Rancière and the separation between the public and the private

EVÂNIO MÁRLON GUERREZI¹

Olhando o Brasil pela ótica de Rancière: a questão

A preocupação de Rancière ao escrever *O ódio à democracia* parece caber perfeitamente a algumas questões que movem o Brasil contemporâneo. Temas que desse lado do Atlântico pareciam estar esgotados têm ganhado novo fôlego e aparecem como centrais nas discussões políticas. São temas como: capitalismo e comunismo, Estado e liberalismo, partido contra partido e tantos outros que exponencialmente têm criado um dualismo no debate. Nossa suspeita é que por mais que certo maniqueísmo entre partidos ou concepções ideológicas tenham se instalado profundamente no imaginário brasileiro, talvez seja possível afirmar que ressoam algo em comum. Nossa hipótese é que é possível visualizar como pano de fundo dessas dualidades uma questão já muito trabalhada pela filosofia e pela sociologia, mas que ganha novos ares na obra de Rancière: a divisão entre o público e o privado. Essa separação se configura como um dos alicerces de sua concepção de democracia, como veremos. Mas, é preciso que já adiantemos ao leitor: Rancière se posiciona muito ferozmente ao lado do público, afirmando a democracia como uma conquista do público e não sua devoção ao privado de cada um.

Ao contrário da concepção democrática proposta por Rancière, nos assusta ver crescer no Brasil a defesa do privado, muitas vezes de maneira incontestada e até mesmo nebulosa, sem que se saiba muito bem a quem essa defesa serve. Acreditamos que essa exaltação do privado em oposição ao público tem sido a causa da ruína democrática brasileira. Exaltação essa que vem acontecendo de uma dupla maneira. Primeiramente, pelos grandes veículos de informação e de entretenimento que propagam a ideia de uma vida cada vez mais privada, seja pela não interferência da política na vida das pessoas, seja pela concepção de que a felicidade é algo pessoal, financeiramente adquirido e uma realização particular e não social. Por outro lado, temos a propagação crescente das ideias de valorização do privado pela própria população, o que nos parece muito mais assombroso. Mesmo em casos onde a defesa do público garantiria direitos mais igualitários e uma melhor distribuição do “bem-comum”, é possível visualizar uma defesa do privado, com benefícios para poucos em detrimento de muitos. Esse é notadamente o caso da disputa judicial que cerca o Teatro Oficina que servirá como referência para pensarmos essa

¹ Doutorando, Mestre e Graduado em Filosofia pela UNIOESTE. Ex-acadêmico bolsista do PET. E-mail: evanioguerrezi@hotmail.com.

problemática². Por ora, nos parece necessário fazer uma aproximação com alguns conceitos de Rancière antes de adentrarmos ao caso.

Princípio de igualdade e política em Rancière.

A concepção política e democrática de Rancière parte de um princípio básico que atravessa todo o seu pensamento: o princípio de igualdade. Tal princípio afirma que toda a humanidade é dotada de logos, de uma capacidade de fala que permite que os humanos se comuniquem e que se entendam. Ao fazer essa afirmação, o objetivo parece ser o de tecer uma crítica pontual aqueles que pretendem afirmar distinções fundamentais entre os seres humanos, como se houvesse os com mais e os com menos entendimento, ao mesmo tempo que transforma todos em protagonistas da vida. Afirmer o princípio de igualdade é conferir a todos a capacidade de falar sobre o mundo, de se comunicar e, sobretudo, de transformá-lo, de mudar o atual estado de coisas, de intervir efetivamente em sua organização. A igualdade não é algo que se busca, não é um objetivo ou um fim, mas que está dada, que precisa apenas ser verificada. Ela é uma espécie de “condição ontológica” do ser humano. É nesse sentido que, em *O mestre ignorante*, Rancière afirma que a igualdade é “atual e intempestiva, sempre dependendo da iniciativa de indivíduos e grupos que, contra o curso natural das coisas, assumem o risco de verificá-la, de inventar as formas, individuais ou coletivas, de sua verificação” (2005, p. 16).

158

Esse princípio de igualdade como algo dado e a ser verificado norteia também o pensamento político de Rancière. Fugindo do que normalmente a tradição filosófica concebe por política, reserva o termo “política” e “democracia” àquilo que coloca em questão a maneira em que a vida está organizada. É a ruptura com a ordem vigente das coisas e do poder. Por outro lado, à organização das coisas, ao modo como o mundo funciona em determinado momento, Rancière dá o nome de polícia. Temos, portanto, uma dupla conceitual indissociável para pensar sua “filosofia política”. Se, por um lado, o mundo se encontra organizado, com funções, estruturas jurídicas, lugares de fala, instituições, entre tantas outras ordens e posições de poder, ao qual se dá o nome de polícia; por outro, a política é essa capacidade de colocar em questão o poder, de desorganizar a ordem vigente, de desconstruir. É nesse sentido que “a política se opõe especificamente à polícia” (RANCIÈRE, 2006, p. 70).

Na esteira desses desvios em relação à filosofia política clássica, Rancière também se distingue por sua concepção de democracia. Ele não faz dela um regime político, mas, antes, um regime da própria política (cf. RANCIÈRE, 2006, p. 64). Só

² Para um breve informativo sobre a disputa judicial que envolve o grupo Silvio Santos e o Teatro Oficina, o leitor pode consultar o seguinte texto da Revista Fórum: <https://www.revistaforum.com.br/luta-do-teatro-oficina-pelo-direito-cidade/>. Além disso, há grande material disponível na internet sobre o tema.

há política quando há democracia, porque a própria democracia é definida como essa capacidade política de contestação e ruptura de uma ordem vigente. Democracia e política parecem, portanto, uma espécie de pleonasma no pensamento de Rancière. O próprio conteúdo da democracia é definido como “a ruptura da axiomática da dominação” (RANCIÈRE, 2006, p. 65). O que compreendemos contemporaneamente como democracia, portanto, está longe de ser aquilo que pensa Rancière. O que temos são, em verdade, oligarquias com mais ou menos participação democrática. Nesse sentido, ele é enfático: “todo Estado é uma oligarquia” (RANCIÈRE, 2014b, p. 92), e “os males de que sofrem nossas ‘democracias’ estão ligados em primeiro lugar ao apetite insaciável dos oligarcas” (RANCIÈRE, 2014b, p.94). A democracia, desse modo, se manifesta como a constante ruptura com as oligarquias, com a constante recuperação da vida em oposição a dominação de poucos sobre muitos.

Essa capacidade de contestação política só é possível mediante o princípio de igualdade. Rancière parece argumentar na direção de que o movimento político é sempre daqueles que não participam da atual distribuição do real, que são deixados à margem do poder e da ordem vigente, que são excluídos pelas elites oligárquicas, mas que ao mesmo tempo se reconhecem como iguais aqueles que possuem direitos e são privilegiados pelo atual estado de coisas. É desse litígio, de um povo que se reconhece como igual, mas que não é assim tratado pelo poder instituído, que nasce a política. Ao menos é isso que Rancière dá a entender em suas 10 teses de política, quando afirma que

O povo que é o sujeito da democracia, portanto o sujeito matriz da política, não é a coleção de membros de uma comunidade ou a classe trabalhadora da população. É a parte suplementar em relação a qualquer conta das partes de uma população, que permite identificar em relação ao todo da comunidade a conta dos incontados (RANCIÈRE, 2006, p. 69).

O sujeito político, portanto, parece se identificar com aqueles que estão na periferia do sistema policial vigente, que não são reconhecidos como iguais e que a eles não é concedida a capacidade de fala, de *logos*, de entendimento. Em suma, o povo, o agente da democracia, é constituído por aqueles que não têm títulos para governar.

O público e o privado em *O ódio à democracia*

Embora subentendidos no contexto da obra *O ódio à democracia*, o princípio de igualdade e os conceitos de política e política não possuem o mesmo peso e visibilidade do que em outras obras de Rancière. Nos parece, no entanto, que esses temas são ampliados na obra em questão, recebendo uma nova roupagem conceitual.

A questão do público e do privado, embora apareça de maneira mais clara rapidamente durante o capítulo “Democracia, República, Representação” nos permite um interessante olhar à concepção de democracia e consequentemente de política em Rancière. Ela é inserida no momento em que ele está afastando a democracia de uma definição puramente jurídico-política (cf. RANCIÈRE, 2014b, p. 71). Durante essa argumentação, a democracia é afirmada não como indiferente às formas jurídico-políticas, mas como algo que está ao mesmo tempo aquém e além delas, como se não pudesse corresponder a essas formas. A democracia está aquém porque para que os governos sejam considerados legítimos, precisam afirmar a igualdade entre as pessoas, uma igualdade que, portanto, legitima e bem-funda o governo e os governantes (cf. RANCIÈRE, 2014b, p. 72). Assim, o governante pode dizer “fui escolhido entre meus pares, tenho legitimidade para governar!”. Mas, ao mesmo tempo também está além porque o próprio jogo da máquina governamental promove uma lógica da desigualdade, na medida em que afirma títulos e competências para governar³ (cf. RANCIÈRE, 2014b, p. 72). Basta vermos o quanto o financiamento de uma campanha e um influente sobrenome podem auxiliar em uma disputa eleitoral. Desse modo, parece haver sempre um descompasso, um não-lugar da democracia em relação as formas jurídicos-políticas de um Estado, um estranhamento que se passa entre a lógica da igualdade e a lógica dos títulos. Esse estranhamento, afirma Rancière, é um espaço de litígio público: “existe uma esfera pública que é uma esfera de encontro e conflito entre as duas lógicas opostas da polícia e a da política, do governo natural das competências sociais e do governo de qualquer um” (RANCIÈRE, 2014b, p. 72).

160

Em um primeiro momento, portanto, Rancière concede ao público o lugar da tensão entre a política e a polícia. Nos parece que essa afirmação também indica um desejo de que o público seja um espaço de atividade e visibilidade, como se um holofote fosse posto sobre o constante litígio entre política e polícia. Rancière nos adverte, contudo, que essa atividade e visibilidade em relação ao público é reduzida pelos governos. E aqui não há nenhum juízo moral. Antes, a questão é tratada como “espontânea”, como se naturalmente os governos tivessem uma tendência em reduzir o público, em transformar o público em uma coisa de sua competência, ao mesmo tempo em que relega ao povo apenas a vida privada. Em suas palavras “a prática espontânea de todo governo tende a estreitar essa esfera pública, a

³ O tema dos “títulos de governo” é demoradamente trabalhado por Rancière e um dos pilares argumentativos de *O ódio a democracia*, sobretudo no segundo capítulo “A política ou o pastor perdido”. Rancière afirma que desde Platão é possível rastrear títulos considerados naturais e desejáveis para o bom governo. Títulos esses que até hoje as oligarquias lançam mão em sua empreitada de conquista de poder. Houve, no entanto, sempre um outro título, que também se manifesta desde a antiguidade: o acaso, que na Grécia se manifestava como o sorteio dos representantes do povo. O acaso é o título de quem não possui título nenhum. Essa é a razão do “escândalo democrático”, do ódio à democracia e da tristeza das oligarquias: há sempre um jogo de dados, um lance de sorte que não permite prever muito bem na democracia, tornando-a, em certa medida, incontrolável.

transformá-la em um assunto privado seu e, para isso, a repelir para a vida privada as intervenções e os lugares de intervenção dos atores não estatais” (RANCIÈRE, 2014b, p. 72). Ora, não tem sido também essa prática do atual governo brasileiro? As questões públicas estão cada vez mais sendo tratadas como casos de entendimento apenas governamental. O povo não tem participado do litígio e das tensões que a ele lhe dizem respeito. Ao contrário, tem sido convidado a manter-se em sua vida privada. O primeiro discurso de Michel Temer como presidente é emblemático nesse sentido. Nele, a população é convidada a não falar da crise, mas trabalhar. Não cabe, portanto, ao povo usar de seu *logos* e fala para pensar o momento brasileiro, mas esquecê-lo e recolher-se em sua vida cotidiana, privada.

Diferentemente dessa prática espontânea dos governos, Rancière dá um passo além em sua definição de democracia nesse momento de *O ódio à democracia*. Utilizando-se dessa problematização entre público e privado, afirma que “longe de ser a forma de vida dos indivíduos empenhados em sua felicidade privada, é o processo de luta contra essa privatização, o processo de ampliação dessa esfera” (RANCIÈRE, 2014b, p. 72). De uma só vez Rancière nos apresenta uma nova face da democracia, ligando-a a uma ideia de ampliação do espaço público, e também à uma nova afirmação do descompasso entre democracia e governo, na medida em que concebe a democracia como a ampliação da esfera pública e o governo como o seu estreitamento. Mas, novamente, vemos o cuidado em não emitir juízos valorativos em relação a governos ou formas de Estado. Rancière afirma que “ampliar a esfera pública não significa, como afirma o chamado discurso liberal, exigir a intervenção crescente do Estado na sociedade. Significa lutar contra a divisão do público e do privado que garante a dupla dominação da oligarquia no Estado e na sociedade” (RANCIÈRE, 2014b, p. 72). Dessa maneira, se distancia dos discursos que ligam a ideia de um espaço público com uma forte atuação do Estado, ao mesmo tempo que ataca os liberais que insistem nessa associação. Ao que parece afirmar, essa associação é mais difícil do que querem fazer crer os liberais que discursam contra o Estado e em favor de uma eliminação do público, como se os dois estivessem intimamente ligados. O atual momento do país tem nos mostrado justamente o inverso. Tem sido o governo, que por meio de mecanismos estatais tem reduzido, na contramão dos anseios populares, direitos historicamente adquiridos. As reformas que estiveram e estão em marcha no último ano dão sinais de como um governo amparado em práticas estatais pode muito bem trabalhar contra o público. Na esteira da argumentação de Rancière, o público parece estar muito mais próximo de lutas e conquistas realizadas pelo e para o povo do que concessões de um Estado-providência. Diríamos, então, que tanto mais forte será um direito ou uma conquista, quanto mais o povo for combativo em relação a sua manutenção. Não é um Estado que garante a manutenção dos direitos, mas a capacidade combativa que um povo oferece frente às ameaças que os governos e as oligarquias os impõem.

Mas o que significa a democracia como ampliação do público? A afirmação de Rancière é de que historicamente significou duas coisas: “conseguir que fosse reconhecida a qualidade de iguais e de sujeitos políticos àqueles que a lei do Estado repelia para a vida privada dos seres inferiores; conseguir que fosse reconhecido o caráter público de tipos de espaço e de relações que eram deixados à mercê da riqueza” (RANCIÈRE, 2014b, p. 73). Em suma, por mais que o público possa ser reconhecido em um sem número de lutas, fatos e situações, parece resguardar em todos os casos uma relação íntima com o princípio de igualdade. Princípio esse que em *O ódio à democracia* transborda as relações de fala e de entendimento, recaindo também nas lutas por direitos, ocupações de espaço, conquistas sociais, entre tantas outras reivindicações que colocam em questões os privilégios dos que tem “títulos naturais”. Ao ser indagado sobre o tema em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, à época do lançamento da tradução brasileira de *O ódio a democracia*, Rancière apresenta uma abordagem bastante interessante à questão:

Frequentemente se considerou a separação entre o público e o privado como uma marca do bom governo, protetor dos indivíduos contra a empreitada estatal. Mas eu gostaria de lembrar que essa separação tinha originalmente outra função: excluir da política a maioria dos humanos, confinando-os à esfera privada. Foi o que aconteceu, por exemplo, com os trabalhadores, durante muito tempo considerados apenas no âmbito doméstico. Foi também o que aconteceu tradicionalmente com as mulheres, consideradas dependentes de seus pais ou maridos e restritas ao campo do casamento ou da família. Mas essas lutas não confirmam os “limites” da democracia. Elas confirmam, ao contrário, as capacidades de sua extensão. Essas formas polêmicas de extensão da democracia transbordam ao que se reduz, frequentemente, nas lutas das minorias defensoras de suas identidades. Trata-se antes de sair da condição de “minoría” na qual está a grande maioria dos humanos, confinados numa condição subalterna (RANCIÈRE, 2014a).

162

A ideia de uma vida privada ao que afirma, portanto, Rancière, foi utilizada para remover as pessoas de sua condição de igualdade, para fazer com que os indivíduos se desvinculem daquilo lhe cabem: a participação ativa da vida pública, a contestação da disposição social. Serviu para colocá-los em lugares determinados. Ao mesmo tempo, a democracia é afirmada como essa contestação dos lugares definidos, dos papéis e das instâncias unicamente privatizadas da vida.

Vejamos agora como essa potencialidade democrática e a relação entre público privado acontece no Brasil.

O público e o privado no Brasil

Há uma estreita sintonia entre a publicação da tradução brasileira de *Ódio à democracia* em 2014 e o momento histórico enfrentado pelo Brasil. É mais ou menos

nesse período que vemos ressurgir um discurso que tem ganhado apoiadores e que provavelmente cumprirá papel decisivo no pleito eleitoral de 2018. É um discurso que une, de uma só vez, um tom de violência explícita, de ameaça à laicidade do Estado por conta de um moralismo difuso e, principalmente, de esvaziamento da esfera pública e desmonte de garantias historicamente conquistadas. Esse “projeto político” parece materializar tudo aquilo que Rancière entende como o oposto à política e vem sendo conduzido pelos “homens de bem”, os bem-fundados que deverão ocupar o novo momento da história brasileira a fim de “reparar os estragos democráticos da última década”.

Interessa-nos nesse momento, sobretudo, a relação entre o público e o privado. O esvaziamento da esfera pública nesse discurso tem ganhado cada vez mais vozes. A glorificação do privado em terras brasileiras caminha de mãos dadas com o discurso meritocrático. O privado tem se mostrado cada vez mais como o direito daquele que fez por merecer. Quanto mais “merecimento”, mais direitos, mais privilégios. Ao mesmo tempo, trata-se de um discurso fundamentalmente financeiro. Tudo é avaliado e recompensado em termos de uma capacidade de “agir economicamente”. Os políticos não são mais políticos, passaram a ser gestores. As cidades se tornaram suas empresas e os espaços públicos se tornaram empreendimentos (péssimos empreendimentos, diga-se de passagem). Há todo um imaginário que vem transformando a política/polícia em um negócio privado que reestabelece uma lógica dos títulos. Títulos de merecimento! Os direitos voltam a ser privilégios das oligarquias. O país volta a ser entregue aos que possuem “títulos de governo”.

Vejamos agora um caso que parece tipificar esse projeto, sobretudo a recusa do público em função de uma glorificação da privatização da vida.

Um caso emblemático: a disputa judicial do Teatro Oficina

Recentemente voltou a ganhar notoriedade um caso judicial de longa data: a disputa que envolve o Teatro Oficina e o apresentador e dono de emissora televisiva Silvio Santos⁴. A disputa trata sobre a construção em terrenos que ficam nas proximidades do Teatro Oficina e já se estende por 37 anos. Os terrenos pertencem a Silvio Santos, que pretende construir torres residenciais no local, mas que por conta de uma decisão do Condephaat, permaneciam com o projeto inviabilizado⁵.

⁴ A notoriedade se deve à divulgação de um vídeo inicialmente publicado pela TV Folha de uma reunião entre as partes envolvidas, com mediação do Prefeito João Doria e participação do Vereador Eduardo Suplicy. A edição da TV Folha pode ser conferida no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=S-k4CcFgmJo>. A versão completa da entrevista pode ser encontrada dividida em partes no canal do Teatro Oficina. A primeira parte pode ser acessada no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=yRIPmIgc6UY>.

⁵ O Condephaat, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, havia inicialmente proibido a construção das torres residenciais a fim de preservar o Teatro Oficina, tombado como patrimônio desde 1982. Recentemente, no entanto, a proibição foi revertida,

Como os terrenos ficam ao lado do Teatro Oficina a construção das torres prejudicaria a vista do teatro, que tem sua arquitetura considerada pelo Jornal *The Guardian* como a melhor do mundo⁶.

Durante a reunião a proposta apresentada pelo grupo do Teatro Oficina para a solução do impasse é a de construção de espaços públicos como parques e tendas para apresentações culturais, bem como o ressarcimento do valor investido por Silvio Santos pela prefeitura. A proposta é recusada tanto pelo grupo de Silvio Santos quanto pelo prefeito João Dória. No decorrer da entrevista fica claro que estamos diante de duas concepções de mundo. De um lado a equipe do Teatro Oficina com um discurso do público, da cultura, da ocupação dos espaços pelos moradores e visitantes da cidade, defendendo, como diz Zé Celso, fundador do Teatro Oficina, “o último vazio de São Paulo”. De outro, a equipe de Silvio Santos que contabiliza tudo em termos financeiros, em investimentos que foram feitos e estão ameaçados. “Esse dinheiro [o investido no terreno], embora eu seja um homem rico, não é para jogar fora nem para dar de auxílio a quem quer que seja”, afirma Silvio Santos. João Doria, o prefeito-gestor, na tentativa de mediar a questão, propõe que o grupo de Silvio Santos faça outros investimentos que não as torres residenciais, afirma que o “uso misto, residência, escritório e hotel é uma grande tendência do mercado imobiliário que viabiliza economicamente o projeto”.

A diferença de perspectivas sobre o espaço da cidade e o que cabe a cada morador se mostra ainda mais abismal quando Silvio Santos recorre à democracia como argumento para validar o seu direito sobre os terrenos: “Isso aqui é uma democracia ou o que é? Um regime totalitário?” pergunta, associando a democracia com a capacidade do Estado em honrar os contratos privados que outrora foram firmados. Para a equipe de Silvio Santos, a democracia não é a ampliação do público, como afirma Ranciére, ou como parece desejar Zé Celso e a equipe do Teatro Oficina, mas a garantia dos direitos individuais, do indivíduo privado.

Nos assusta ainda mais quando vemos a repercussão do caso e os comentários que encontramos tanto no canal da TV Folha como no do Teatro Oficina. Em sua grande maioria são ataques ao posicionamento da equipe de Zé Celso e uma glorificação do privado e à mediação feita por João Doria. Aos montes se lê comentários como “Estou com Silvio Santos, ora tanta gente desempregada em São Paulo. Essas torres comerciais criariam centenas de empregos. Um parque só daria maconheiros e traficantes! E o terreno é do Silvio ele faz o que quiser!”, ou então apologias às frases utilizadas por Silvio como “Eu tenho culpa de ser rico? Dei sorte se você não deu o problema é teu!”.

autorizando a construção das torres e gerando uma nova rodada de discussões entre as partes envolvidas.

⁶<https://www.theguardian.com/artanddesign/2015/dec/11/the-10-best-theatres-architecture-epidaurus-radio-city-music-hall>.

A proposta da equipe do Teatro Oficina não é um caso de política ao estilo proposto por Rancière, onde se planeja uma nova partilha da realidade? Em que se coloca em questão a ordem vigente, em que se questiona o título financeiro em função de um espaço público para aqueles que habitam a cidade? Os comentários e a repercussão parecem nos mostrar que nesse caso a democracia como ampliação do público perdem espaço no Brasil. Muitos preferem a lógica policialesca, fazendo menções a direitos individuais e o direito à propriedade inscrito na Constituição. Preferem que o título seja respeitado. Desejam estritamente o institucional, o direito já dado e não o direito de redistribuir o direito.

A disputa entre o Teatro Oficina e o grupo Silvio Santos simboliza o Brasil contemporâneo: a crescente privatização da felicidade, dos espaços, do lazer, da cultura. Cada vez mais a afirmação dos que têm títulos e a marginalização ao privado dos que não são considerados como iguais. É um momento de real desespero. Talvez seja preciso mais desejo por política, democracia e pela afirmação do princípio de igualdade. Talvez seja preciso encarar mais a democracia como aquilo que “arranca continuamente dos governos oligárquicos o monopólio da vida pública e da riqueza a onipotência sobre a vida. [Como] a potência que, hoje mais do que nunca, deve lutar contra a confusão desses poderes em uma única e mesma lei da dominação (RANCIÈRE, 2014b, p. 121).

Referências

AMORIM, T. “A luta do Teatro Oficina pelo direito à cidade”. In *Revista Fórum*. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/luta-do-teatro-oficina-pelo-direito-cidade/>.

RANCIÈRE, J. *Deleuze e a Literatura*. Texto apresentado nos “Encontros Internacionais Gilles Deleuze”, no Colégio Internacional de Estudos Filosóficos Transdisciplinares, na UERJ, nos dias 10, 11 e 12 de junho de 1996. A tradução é de Ana Lúcia Oliveira.

_____. “O dissenso”. In NOVAES, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996.

_____. *O mestre ignorante*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. *Política, polícia, democracia*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

_____. “Em novo livro, filósofo Jacques Rancière analisa contradições do sistema representativo”. Entrevista concedida a Carla Rodrigues. In *O Globo*, 2014a. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/em-novo-livro-filosofo-jacques-ranciere-analisa-contradicoes-do-sistema-representativo-13845708>.

_____. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014b.

Submissão: 01. 03. 2018 / Aceite: 25. 03. 2018.